

Eduardo Antonio Bonzatto

PERMACULTURA

E AS TECNOLOGIAS
DE CONVIVÊNCIA

1ª edição
Brasil – 2010

 **icone**
editora

© Copyright 2010
Ícone Editora Ltda.

Capa e diagramação

Richard Veiga

Revisão

Marsely De Marco Dantas

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou meio eletrônico, mecânico, inclusive através de processos xerográficos, sem permissão expressa do editor. (Lei nº 9.610/98)

Todos os direitos reservados à:

ÍCONE EDITORA LTDA.

Rua Anhanguera, 56 – Barra Funda

CEP: 01135-000 – São Paulo/SP

Fone/Fax.: (11) 3392-7771

www.iconeeditora.com.br

iconevendas@iconeeditora.com.br

ÍNDICE

- Introdução, 7
1. Tempo de Mudanças, 9
 2. Tempo de Consideração, 27
 3. Tempo de Autonomia, 33
 4. Tempo de Criação, 57
 5. Tempo de Aprendizado, 67
 6. Tempo de Conexão, 113
 7. Tempo das Trocas, 117
 8. Tempo de Ação, 129
 9. Tempo de Compreensão, 171

DEDICATÓRIA

*Adelson de Carvalho,
Apoena Meireles,
Cassio Yacushi Nakajima,
César Augusto R. Domingues,
Felipe Amato Magalhães,
Francisco Alencar de Sousa,
Maria Helena Felipe de Oliveira,
Paula M. Castro,
Wellington Darwin da Silva,
para esse núcleo ofereço esse livro.*

*Representam um número ainda maior de
pessoas que junto comigo enfrentaram os
desafios de uma descoberta e das relações
sociais mais interessantes que já vivenciei.*

INTRODUÇÃO

*Aquele que sabe o que é o suficiente,
terá sempre o suficiente.*

Lao-Tze.

Descrevo, neste livro, o caminho de minha busca e compreensão por formas mais respeitadas de interação intersubjetiva, afastando-me das relações egoístas e aproximando-me das colaborativas.

Minha primeira conexão foi com estudantes que compartilharam comigo alguns momentos completamente desprovidos de poder e de hierarquia e foram o amálgama necessário a que um feixe de possibilidades se abrisse para nós; pois só quando reconhecemos a alteridade do outro, realizamos o mais prodigioso elo da humanidade resgatada: a empatia.

Talvez, só talvez, a liberdade seja o combustível que necessitamos para poder caminhar, seguir adiante sem os constrangimentos de nossos egos, de nossos medos e receios, de nossas dúvidas e sem a prisão de nossas certezas.

Eduardo Antonio Bonzatto¹

¹ Doutor em história social, professor e permacultor.

1

TEMPO DE MUDANÇAS

Até agora, sempre que pensamos em mudar o mundo é pela tomada do poder que a ação parece se encaminhar. Sempre acreditando num salvador da pátria, em alguém que congrega as capacidades ideais para ocupar o cargo daquele que vai fazer o mundo melhorar.

Entretanto, a injustiça não é sentida universalmente da mesma forma. Todos aqueles que têm (posse, dinheiro, acolhimento, família, afeto, etc.), não percebem as injustiças da mesma forma que aqueles que não têm. Para aqueles que não têm, as injustiças são concretas e ásperas; já para aqueles que têm, são virtuais e simbólicas. Como já dizia mestre Pastinha, “quem bate não se lembra, quem apanha nunca esquece”.

Assim, o grande problema de nosso tempo é a falência das relações humanas respeitadas e empáticas. Não conseguimos mais nos relacionar com nossos semelhantes, com nossos pais, com nossos filhos, com nossos amigos... sem que nosso ego assuma uma postura desafiadora e competitiva. Podemos ter compaixão pelos desconhecidos acometidos de alguma tragédia, por exemplo, quando um morro desaba e soterra famílias inteiras, ou quando enchentes inundam e levam tudo daqueles que já

não têm nada, mas quando nos aproximamos das pessoas reais, de carne e osso, imediatamente acionamos um dispositivo que nos afasta cada vez mais da empatia necessária à compreensão. No máximo, somos condescendentes e tolerantes com nossos próximos. Com todos aqueles que conhecemos parece que já sabemos de antemão o que pensam, e as besteiras que vão falar antes mesmo que abram a boca.

Durante muito tempo, as relações humanas foram responsáveis pela coesão e pela interdependência coletiva e com o meio ambiente, pois, como praticavam os índios americanos, antes de arrancar uma árvore, pensavam até na sétima geração daquele grupo e nas consequências desse ato para os que ainda não haviam sequer nascido.

Ainda, há quinhentos anos, o mundo estava coalhado de aldeias que consolidam essas relações cujo significado é justamente sua permanência. As aldeias só sobrevivem na colaboração de seus membros, pois quase tudo que necessitam é feito ali, entre vizinhos, parentes e amigos.

Essa realidade é válida para nossa experiência social e também para os europeus anteriores à modernidade e até mesmo para os chineses ou os esquimós.

Todavia, nesses quinhentos anos que nos separam dessa realidade, a experiência humana foi soterrada por um sem número de dispositivos que alteraram profundamente as relações humanas. O poder, o Estado, o exército, o capitalismo, o consumo, o desenvolvimento, a ideia de país, tudo isso degradou completamente a forma com que as pessoas se relacionavam.

Primeiro, as pessoas foram se diferenciando dentro da própria casa entre pais e filhos e entre irmãos, pois o primogênito passou a ter mais poder que os outros irmãos pelo direito à herança. A escola apareceu e também ali se consolidava uma forma de relação totalmente nova, a relação entre o professor e o aluno, o que tinha o conhecimento e o poder e o outro, que era o "sem luz". Assim, a forma da vila foi cedendo lugar ao trabalho, à venda da força de trabalho para conseguir dinheiro e comprar

aquilo que antes era feito pelas pessoas na vila, na aldeia. A relação entre o patrão e o empregado é uma consequência também dessa transformação assustadora que estava em andamento.

Depois, essa organização tomou um tamanho ainda mais assustador, a nação, em que todos deveriam se identificar por meio de uma língua comum, de uma história comum e de um território que fazia com que as relações obrigatoriamente se tornassem virtuais e não reais, pois aquele que morava em São Paulo deveria ser em tudo similar àquele que morava no Amazonas. As diferenças, aparentemente, foram suprimidas em nome de uma “identidade nacional”.

Enquanto isso, pelo trabalho, a forma do mundo era radicalmente alterada, pois o trabalho partia do princípio que os recursos necessários à transformação de matérias primas em produtos acabados que eram vendidos para aqueles que trabalhavam era infinito, criando um ciclo de dependência não mais entre pessoas, mas entre a pessoa e suas novas necessidades.

Pois o capitalismo é um sistema que elimina o que você tem e sabe e faz você desejar o que não tem; além de ensinar que você deve aprender e trabalhar para o conseguir.

Ou, nas palavras deste lúcido pensador:

O capitalismo é um sistema político-religioso cujo princípio consiste em tirar das pessoas o que elas têm e fazê-las desejar o que não têm – sempre. Outro nome desse princípio é “desenvolvimento econômico”. Estamos aqui em plena teologia da falta e da queda, da insaciabilidade infinita do desejo humano perante os meios materiais finitos de satisfazê-los. A noção recente de “desenvolvimento sustentável” é, no fundo, apenas um modo de tornar sustentável a noção de desenvolvimento, a qual já deveria ter ido para a usina de reciclagem das ideias. Contra o desenvolvimento sustentável, é preciso fazer valer o conceito de suficiência antropológica. Não se trata de autossuficiência, visto que a vida é diferença, relação com a alteridade, abertura para o exterior em vista da interiorização perpétua, sempre inacabada, desse exterior (o fora nos mantém, somos o fora, diferimos de nós mesmos a cada instante).

Mas se trata sim de autodeterminação, de capacidade de determinar a si mesmo, como projeto político, uma vida que seja boa o bastante.

O desenvolvimento é sempre suposto ser uma necessidade antropológica, exatamente porque ele supõe uma antropologia da necessidade: a infinitude subjetiva do homem – seus desejos insaciáveis – em insolúvel contradição com a finitude objetiva do ambiente – a escassez dos recursos. Estamos no coração da economia teológica do Ocidente, como tão bem mostrou Marshal Sahlins; na verdade, na origem de nossa teologia econômica do “desenvolvimento”. Mas essa concepção econômico-teológica da necessidade é, em todos os sentidos, desnecessária. O que precisamos é de um conceito de suficiência, não de necessidade. Contra a teologia da necessidade, uma pragmática da suficiência. Contra a aceleração do crescimento, a aceleração das transferências de riqueza, ou circulação livre das diferenças; contra a teoria economicista do desenvolvimento necessário, a cosmo-pragmática da ação suficiente. A suficiência é uma relação mais livre que a necessidade. As condições suficientes são maiores – mais diversas – que as condições necessárias. Contra o mundo do “tudo é necessário, nada é suficiente”, a favor de um mundo onde “muito pouco é necessário, quase tudo é suficiente”. Quem sabe assim tenhamos um mundo a deixar para nossos filhos?

Essa forma de pensar, é bom que se diga, é irreversível em sua viagem e todos os discursos proferidos em nome de uma conscientização sobre os danos que esse processo impõe aos homens é apenas um paliativo, já que, como princípio, se alterar a relação, altera-se o sistema.

Quero dizer que a hierarquia necessária à formulação dessa experiência social, entre homens e crianças, entre homens e mulheres, entre pais e filhos, entre professores e alunos, entre patrões e empregados e, finalmente, entre homem e natureza, que é seu fundamento, for alterada, o próprio sistema é revertido em núcleos de significados, como as tribos e aldeias.

2 Diversidade Socioambiental. Eduardo Viveiros de Castro. Antropólogo do Museu Nacional (UFRJ). In: **Almanaque Brasil Socioambiental**. ISA. São Paulo, 2008.

É bem verdade que as tribos estão de novo em evidência, mas agora com um sentido muito diferente daquele de outros tempos.

Nenhum de nós vai querer realmente parar de consumir, ou de ganhar dinheiro, em nome da salvação do planeta. Então, construímos um discurso morno que nos conforta. Reciclamos o possível, consumimos conscientemente, não agredimos por demais a natureza, coletando o óleo que acumula em nossas cozinhas, pegamos poucas sacolas plásticas no mercado, já que não se degradam na natureza quando são descartadas.

Somos seis bilhões, dos quais mais de dois bilhões consomem cotidianamente, esta, aliás, aparente injustiça do sistema mundo. Para que este sistema funcione, construímos um aparato magnífico de controle e dependência encabeçado pela produção de medicamentos e de armas. Precisamos ter miséria e abundância desproporcionalmente como uma pedagogia de alerta para todos aqueles que “pretendem” pensar diferente. O desemprego é sempre uma ameaça e nunca, nunca uma oportunidade de produzir um outro registro, uma outra forma de sobrevivência, embora muitas pessoas, diante da inevitabilidade de sua inclusão no mundo do consumo, realmente produzam outras formas de viver.

São, por isso mesmo, pessoas invisíveis para todos nós, uma verdadeira ameaça para o sistema mundo, pois, para todos nós, o trabalho e o consumo, um ciclo perpétuo e sem sentido, deve ser entendido como uma única via, uma fatalidade a qual devemos nos acomodar e, lógico, vencer, muito embora, a longo prazo, todos percam sua própria humanidade nesse caminho.

Já velhos, só nos restam os remédios e a solidão, uma vez que a única coisa que se constrói nesse sistema mundo são as relações hierárquicas comprimidas pelo desejo do sucesso e do ganho e, portanto, do consumo. O “ter” e o “ser” são alternativas que se expressam unicamente no papel, pois o “ter” implica em “ser” de uma certa maneira, em “ser sozinho”. Quando muito, com a benevolência algo contrafeita, de um parente ou de um amigo, que a vida mecânica não conseguiu afastar de nós.

Se acabamos sozinhos, sem respeito ou atenção, com o pouco de dignidade que pudemos preservar, não é propriamente porque as pessoas sejam ingratas ou ruins: é porque nada fizemos durante as nossas vidas para merecer tais considerações.

Diferentemente são os velhos das aldeias e das vilas: acabam como depositários dos valores e, portanto, do respeito e da atenção de todos, mesmo os esquimós que, quando se sentem incapazes de contribuir com o grupo, afastam-se para morrer no gelo. Não se iludam com esse aparente gesto de desumanidade: como velhos e antes desse gesto impressionante, são a referência do grupo.

Para se constatar o que falo, não precisamos ir muito longe. Basta observarmos ao nosso redor, todos os dias.

Nossa condenação poderia ser revertida se a nossa compreensão sobre o mundo, sobre a vida e as relações interpessoais, se alterasse num rumo menos egoísta.

SUSTENTABILIDADE³

A diversidade das formas de vida na terra (e sabe-se lá mais onde) é consubstancial à vida enquanto forma da matéria. Essa diversidade é o movimento mesmo da vida enquanto informação, tomada de forma que interioriza a diferença – as variações de potencial existentes em um universo constituído pela distribuição heterogênea de matéria/energia – para produzir mais diferença, isto é, mais informação. A vida, nesse sentido, é uma exponenciação – um redobramento ou multiplicação da diferença por si mesma. Isso se aplica igualmente à vida humana. A diversidade de modos de vida humanos é uma diversidade dos modos de nos relacionarmos com a vida em geral, e com as inumeráveis formas singulares de vida que ocupam (informam) todos os nichos possíveis do mundo que conhecemos (e sabe-se lá de quantos outros). A diversidade humana, social ou cultural, é uma manifestação da diversidade ambiental, ou natural – é a ela que nos constitui como uma forma singular da vida, nosso modo próprio de interiorizar a diversidade “externa”

3 Diversidade Socioambiental. Eduardo Viveiros de Castro. Antropólogo do Museu Nacional (UFRJ). In: **Almanaque Brasil Socioambiental**. ISA. São Paulo, 2008.

(ambiental) e assim reproduzi-la. Por isso a presente crise ambiental é, para os humanos, uma crise cultural, crise de diversidade, ameaça à vida humana.

A crise se instala quando se perde de vista o caráter relativo, reversível e recursivo da distinção entre ambiente e sociedade. O poeta e pensador Paul Valéry constatava sombrio, pouco depois da Primeira Guerra Mundial, que “nós, civilizações (europeias), sabemos agora que somos mortais”. Neste começo algo crepuscular do presente século, passamos a saber que, além de mortais, “nós, civilizações”, somos mortíferas, e mortíferas não apenas para nós, mas para um número incalculável de espécies vivas – inclusive para a nossa. Nós humanos modernos, filhos das civilizações mortais de Valéry, parece que ainda não desesquecemos que pertencemos à vida, e não o contrário. E olhem que já soubemos disso. Algumas civilizações sabem disso; muitas outras, algumas das quais matamos, sabiam disso. Mas hoje, começa a ficar urgentemente claro até para “nós mesmos” que é do supremo e urgente interesse da espécie humana abandonar uma perspectiva antropocêntrica. SE a exigência parece paradoxal, é porque ela o é; tal é nossa presente condição. Mas nem todo paradoxo implica uma impossibilidade; os rumos que nossa civilização tomou nada têm de necessário, do ponto de vista da espécie humana. É possível mudar de rumo, ainda que isso signifique – está na hora de encararmos a chamada realidade – mudar muito daquilo que muitos considerariam como essência mesma da nossa civilização. Nosso curioso modo de dizer “nós”, por exemplo, excluindo-nos dos outros, isto é, do “ambiente”.

O que chamamos ambiente é uma sociedade de sociedades, como o que chamamos sociedade é um ambiente de ambientes. O que é “ambiente” para uma dada sociedade será “sociedade” para um outro ambiente, e assim por diante. Ecologia é sociologia, e reciprocamente. Como dizia o grande sociólogo Gabriel Tarde, “toda coisa é uma sociedade, todo fenômeno é um fato social”. Toda diversidade é ao mesmo tempo um fato social e um fato ambiental; impossível separá-los sem que não nos despenhemos no abismo assim aberto, ao destruímos nossas próprias condições de existência.

A diversidade é, portanto, um valor superior para a vida. A vida vive da diferença; toda vez que uma diferença se anula, há morte. “Existir é diferir”, continuava Tarde; “é a diversidade, não a unidade,

que está no coração das coisas”. Dessa forma, é a própria ideia de valor, o valor de todo valor, por assim dizer – o coração da realidade –, que supõe e afirma a diversidade.

É verdade que a morte de uns é a vida de outros e que, neste sentido, as diferenças que formam a condição irreduzível do mundo jamais se anulam realmente, apenas “mudam de lugar” (o chamado princípio de conservação da energia). Mas nem todo lugar é igualmente bom para nós, humanos. Nem todo lugar tem o mesmo valor. (Ecologia é isso: avaliação do lugar). Diversidade socioambiental é a condição de uma vida rica, uma vida capaz de articular o maior número possível de diferenças significativas. Vida, valor e sentido, finalmente, são os três nomes, ou efeitos, da diferença.

Falar em diversidade socioambiental não é fazer constatação, mas um chamado à luta. Não se trata de celebrar ou lamentar uma diversidade passada, residualmente mantida ou irrecuperavelmente perdida – uma diferença diferenciada, estática, sedimentada em identidades separadas e prontas para consumo. Sabemos como a diversidade socioambiental, tomada como mera variedade no mundo, pode ser usada para substituir as verdadeiras diferenças por diferenças fictícias, por distinções narcisistas que repetem ao infinito a morna identidade dos consumidores, tanto mais parecidos entre si quanto mais diferentes se imaginam.

Mas a bandeira da diversidade real aponta para o futuro, para uma diferença diferenciante, um devir onde não é apenas o plural (a variedade sob o comando de uma unidade superior), mas o múltiplo (a variação complexa que não se deixa totalizar por uma transcendência) que está em jogo. A diversidade socioambiental é o que se quer produzir, promover, favorecer. Não é uma questão de preservação, mas de perseverança. Não é um problema de controle tecnológico, mas de autodeterminação política.

É um problema, em suma, de mudar de vida, porque em outro e muito mais grave sentido, vida, só há uma. Mudar de vida – mudar de modo de vida; mudar de “sistema”.

Desde 1945, quando o sistema capitalista finalmente assumiu sua forma atual, 17% de toda a superfície vegetal do planeta degradou-se irreversivelmente.

Mas as pessoas nem sempre foram assim e não ficaram assim por decisões voluntárias. Foram levadas a isso por mediações convincentes. A família nuclear produziu suas hierarquias pelo súbito aparecimento e a oportuna mediação da herança. A relação hierárquica entre professor e aluno surgiu da necessidade criada para uma educação distintiva. O trabalho advindo da destruição de formas autônomas de sobrevivência, tão típicas das aldeias, produziu sua própria forma hierárquica pela mediação das máquinas.

A herança transforma o homem em coisa; a educação transforma o homem em coisa; o trabalho (e a tecnologia) transforma o homem em coisa. Mas o homem verdadeiro jamais será uma coisa.

Então, como fazer para perpetuar a hierarquia entre os homens?

Ofereça-lhe uma promessa, encerrada dentro de uma Caixa de Pandora: acene com a parte superior da relação, empodere o seu ego até que nasça um pai autoritário para cada filho indefeso, até que um professor brote na alma do aluno humilhado e a inveja habite o coração do empregado. Uma arca da aliança será a resultante desse arranjo e a longevidade do sistema, por meio das instituições, acabará por abarcar o mundo todo.

Desse modo, seria necessária a construção de novas formas mediadoras para superar esse modelo desastroso de relações sociais.

Muitas ações estão sendo implantadas na realidade por homens, mulheres e crianças em várias partes do mundo.

CONSELHO DAS TREZE AVÓS NATIVAS

No outono de 2004, treze mulheres nativas de todo o mundo se encontraram no estado de Nova Iorque e concordaram em formar uma aliança. Declararam: "NÓS, O CONSELHO INTERNACIONAL DAS TREZE AVÓS NATIVAS, representamos uma aliança de prece, educação e cura para nossa Mãe Terra, todos seus habitantes, todas as crianças, por sete gerações. Conscientes da destruição sem pre-

cedentes de nossa Mãe Terra e dos povos nativos; acreditamos que os ensinamentos dos nossos ancestrais iluminarão nosso caminho pelo futuro incerto. Procuraremos aumentar nossa visão através de projetos protetores de nossas várias culturas: terras, medicina, línguas e cerimoniais de prece, através de projetos para educar e nutrir nossas crianças”.

América do Norte, Itália, Espanha, México, África, Índia foram alguns dos locais por onde já passaram. Em 2006 foram especialmente recebidas pelo Dalai Lama em Daramsala, e entregaram mensagem ao Papa em 2008. Está prevista a vinda do Conselho ao Brasil em 2010.

No dia 03 de junho, às 19h30, na Semana do Meio Ambiente, a brasileira Maria Alice Campos Freire, membro do Conselho Internacional das Treze Avós Nativas, estará na UMAPAZ para focalizar esse projeto planetário e também expor sua experiência de vida como ativista socioambiental, educadora e pesquisadora da medicina da floresta.

Maria Alice nasceu em 1953 no Rio de Janeiro. Trabalhou na Guiné-Bissau, de 1977 a 79, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), utilizando seus conhecimentos de educadora a serviço da saúde. No Rio de Janeiro, realizou projetos de educação-saúde nas favelas Morro São João e Morro do Encontro, criando farmácias vivas (jardins medicinais), cartilhas sobre a saúde do povo, etc.

Desde 1989 vive em uma pequena comunidade no interior da Floresta Amazônica, onde sua pesquisa vem se aprofundando tanto na área do conhecimento das plantas, quanto no desenvolvimento das terapias e processos de manipulação dos remédios. Atualmente, dedica-se à pesquisa da dinamização homeopática de plantas amazônicas e sua experimentação, no quadro de ações do Centro de Medicina da Floresta. É Sintonizadora do sistema Florais da Amazônia.

Os aspectos relativos à forma com que os homens se relacionam entre si estão embutidos nessas ações...mas precisamos evidenciá-los a tempo de revelar toda a sua importância no conjunto de ações globais que pretendem salvar o planeta. Não podemos deixar que esqueçam que foi o homem que o danificou em

nome do poder e de que o poder é, afinal, poder para submeter outros homens à vontade e ao desejo e benefício de poucos.

Dentre tantas ações, privilegiarei uma delas como uma possibilidade de resgate do respeito que os homens e mulheres devem-se reciprocamente, para somente nesse processo também reaprenderem a respeitar o mundo em que vivem, num diálogo transformador e intenso, capaz de fazer desaparecer o véu da ilusão que o consumismo parece preservar na sua quase exclusiva mediação entre estes mesmos homens.

Precisamos de outras tecnologias para enfrentar o conformismo e a unidimensionalidade em que nos fizeram crer até o presente.

Há um automatismo pertinaz que a historicidade da racionalidade ocidental impingiu àqueles que se submeteram a sua influência: o automatismo do concordo/discordo. Tal mecanismo impede que o sujeito opere com conexões inovadoras e potencialmente transformadoras, já que apenas reforça as certezas que a racionalidade produziu até agora e todo avanço é apenas o possível para manter o *status quo*.

A característica fundamental desse automatismo é a produção e reprodução de discursos, ferramenta surda à voz dos outros e aos apelos e aos questionamentos críticos, já que a função dos discursos é tão somente convencer-nos de sua legitimidade. O discurso está fechado, exceto por outro discurso que lhe possa contrapor. Daí que os discursos reforçam os pré-julgamentos e as concepções prontas e acabadas capazes tão somente de ampliar as armações do ego.

Esse automatismo está firmemente ancorado numa determinada epistemologia, chamada adequadamente de epistemologia solipsista e também de epistemologia representacionista, que reforçam a convicção de que as verdades sobre o mundo que nos rodeia são produtos de nossa elaboração ao longo de toda uma vida.

Não nos damos conta de que essas supostas verdades são construções históricas elaboradas por nossa inserção nas diversas

instituições que nos formatam (família nuclear, escola, trabalho, etc.). Daí que só conseguimos apreender o mundo, por exemplo, a partir das premissas do capitalismo, que dá coerência e sentido a nossa percepção. Pobres, não pobres, mulher, homem, criança, trabalho, desemprego, crise, etc, são componentes de significações que explicam tudo, genericamente, e confortam e apaziguam nossa angústia de viver a complexidade como experiência.

Mas existe outra epistemologia que pode ser assumida politicamente, denominada de epistemologia holística. Nesse caso, o mundo que nos rodeia não passa por generalizações, mas nos invade em sua singularidade, vozes particulares, experiências únicas e irrepitidas, ruídos contraditórios, música e sinais que atestam a variedade e a enorme diferença, mas jamais a desigualdade. Nos abrimos para o mundo com os sentidos todos atentos, mas com a racionalidade que impõe certezas ferreamente controlada, procurando nos conectar a tudo sem pré-julgamentos, atentos a cada detalhe como se nossa vida dependesse disso e não excluindo de antemão em nome da segurança de nossa sanidade.

A vivência do ambiente acadêmico, por sua vez, reforça os impulsos de certezas que tão ciosamente aprendemos a usufruir. Uma das formas de reforço da epistemologia solipsista é justamente nosso aferramento às concepções teóricas disponíveis não como ferramentas, mas como engessamento de nossas prospecções, procurando adequar o que percebemos ao que previamente temos como concepção teórica.

Etmologicamente, *teoria* significa estar no lugar de Deus, ou seja, deter todos os elementos que tornam familiar o extravagante, que tornam coerentes as incoerências. O marxismo, o positivismo, o historicismo alemão, os *Annales*, enfim, todas as concepções teóricas disponíveis reforçam, por exemplo, o quadripartismo histórico, apenas iluminando esse ou aquele ponto, sem contudo negar a totalidade explicativa que conserva o já conhecido.

Há, todavia, um aparelhamento teórico mais adequado à epistemologia representacionista, que é a hermenêutica. Na her-

menêutica não há apriorismos, já que a objetivação não é seu pilar mestre, nem tampouco há alguma estrutura que deva receber o percebido. Não se espera um determinado sujeito, formado para tal, que produza perguntas adequadas ao passado. Qualquer sujeito é sujeito de perguntas e o passado é suficientemente vasto e aberto para fornecer possibilidades de conexões a tais perguntas. A interpretação é livre a qualquer um, já que irremediavelmente todos são sujeitos de seu tempo, queiramos ou não.

Oposições como elite e massa, alfabetizados e analfabetos, cultura popular e cultura erudita, esclarecidos e alienados, são meros artifícios ideológicos que não se sustentam nas relações libertárias necessárias para estes tempos em que os paradigmas da racionalidade estão se desfazendo (basta um olhar minimamente atento às instituições que os garantem).

Da mesma forma, existe uma metodologia mais adequada a esse complexo (no sentido de *tecer juntos*) emaranhado de relações. Se, até agora, a metodologia utilizada seja em casa, onde o pai, o adulto, *ensina o mundo* à criança, suposto ser incompleto que caminha para no futuro se formar, seja na escola, em que o professor ilumina o aluno (aquele que não tem luz), ou seja aquela atitude política que desaliena o alienado, pedagogizando-o para o mundo da cidadania, *ensinando-o* nos seus direitos e deveres ou mesmo *ensinando-o* nos caminhos já sabidos da transformação social, pouco importa, como se vê, tal metodologia apenas reforça o modelo de percepção em que as hierarquias sociais são a mônada irrecusável da vida.

Recusar essa inevitabilidade é armar-se de uma outra metodologia, que Martin Buber chama adequadamente de dialógica. Nesse sentido, o encontro entre as diferenças é potencialmente transformador, já que em nenhum momento da relação haverá a negação ou a coisificação do outro. Para tanto, é necessário que o conhecimento (saber é poder) ceda lugar aos saberes, fruto das experiências que cada um possui como condição de sujeito, de ser social completo, tenha a idade que tiver, venha de onde vier.

O diálogo modifica todos que estiverem sob sua influência, mas o diálogo como estratégia política, ou seja, de intervenção no espaço público, características de sujeitos que vivem em comunidades de sentido. Nada das macrossociabilidades abrangentes e generalizantes; é nas relações verdadeiras, entre sujeitos presentificados que a mudança se opera; sujeitos da mesma estatura, preenchidos do respeito mútuo que é fruto de uma assumida posição política.

Daí que o projeto de pesquisa que proponho realiza-se por meio de dois caminhos convergentes: o estudo de tecnologias desprovidas de poder, já que fruto de saberes acessíveis a qualquer um, e que adequadamente chamaríamos de tecnologias de convivência, que conduzam à autonomia, entendida aqui como vivência coletiva possível fora dos sistemas de poder enraizados na unidimensionalidade da vida social formal, certeza da epistemologia solipsista. Para tanto, pesquisaremos além de tais tecnologias, experiências de autonomia de grupos, tanto da temporalidade diacrônica quanto na sincrônica.

Exemplos de tais experiências são Cristiânia, no centro de Copenhague, Bouganville, uma ilha na costa de Papua Nova Guiné, os MTDs argentinos, a Universidade de Oruro, na Bolívia mineira, os zapatistas da selva Lacandona, as diversas coletividades autônomas dos Estados Unidos, os berberes dos desertos do Oriente Médio, etc.

Quanto às tecnologias de convivência, partiremos dos princípios da permacultura.

A permacultura é também o resgate de técnicas ancestrais, além de cuidar da produção e desenvolvimento de adaptações diversas, utilizando os materiais disponíveis nos próprios ambientes realizadores. Tal princípio está diretamente entranhado nas questões de autogestão, que é a comunidade cuidando diretamente de seus próprios interesses e necessidades, garantindo que seja a produção, a distribuição e mesmo o domínio da tecnologia, necessárias à produção de benefícios será sempre coletiva, na garantia

de que tais ações contemplem toda a comunidade e apontem novas soluções na medida em que os problemas apareçam.

Por outro lado, a busca da sustentabilidade, por meio de sistemas e técnicas compatíveis com o meio ambiente, torna-se cada vez mais um desafio aos estudiosos, pesquisadores e cientistas. Neste sentido, um protótipo de habitação popular, um biodigestor, modelos de coleta de água de chuva para utilização em descargas e outros fins, modelos de esgotos ecológicos e placas solares de baixo custo, são soluções mais que adequadas à crise que a exclusão, aparentemente irreversível, colocou para os administradores públicos.

Uma casa sustentável seria uma situação ideal de baixo impacto ambiental, satisfazendo às necessidades dos usuários por um período tão longo quanto possível, atendendo às diversas dimensões de sustentabilidade (econômicas, culturais, sociais e ambientais). No entanto, esta casa de baixo custo e tecnologia avançada poderia, e deveria, aspirar à autossuficiência, ou seja, que ela não dependesse de rede de abastecimento de energia, de esgoto, de água. Podendo, portanto, gerar sua própria eletricidade, captando água da chuva e tornando desnecessário o abastecimento pela rede.

É possível tratar o esgoto localmente, dentro da própria propriedade, como ocorre em uma casa de Nottingham, na Inglaterra, projetada por Robert e Brenda Vale, dois dos mais renomados arquitetos ecológicos ingleses. A casa que eles descrevem no livro "*The new autonomous house*", tem todas as águas servidas tratadas localmente, e o vaso sanitário tem uma espécie de tanque conectado a ele. É um sanitário seco, que não usa água. As fezes, juntamente com os resíduos orgânicos, transformam-se num composto armazenado em cilindros no porão da residência.

Esse material será destinado ao biodigestor, um receptáculo que, por um processo químico, transforma os dejetos em gás metano, utilizável, portanto, como gás de cozinha. A construção é feita a partir de tambores metálicos, facilmente encontrados

a preços reduzidos, o que simplifica a montagem e garante o baixo custo final.

Apesar do processo de biodigestão anaeróbica ser conhecido há longa data, só mais recentemente é que tem sido desenvolvido mundialmente.

A China tem sido o país que mais desenvolveu o biogás no âmbito rural, visando atender principalmente a energia para cozimento e iluminação doméstica. A Índia também tem desenvolvido uma larga propagação com biodigestores, possuindo um total de 150 mil unidades instaladas.

No Brasil, os estudos com biogás foram iniciados de maneira mais intensa em 1976. Entretanto, os resultados alcançados já nos asseguram um bom domínio tecnológico e podemos nos qualificar como aptos a desenvolver um vasto programa no âmbito nacional com biogás.

A fermentação anaeróbica é um processo biológico que ocorre devido a ação de bactérias. Evidentemente, que quanto maior a população bacteriana, mais eficiente e rápido será a digestão. Para se manter uma boa flora bacteriana há necessidade de se facultar um ótimo meio de cultura.

Uma nova concepção energética impõe-se a todos os brasileiros nesta crise irreversível do petróleo. O domínio da tecnologia, da digestão anaeróbica e da operação de digestores em geral, na prática, não é complexa nem difícil. Estes conhecimentos, entretanto, só se conseguem com a lida diária dos biodigestores de pequeno porte, de baixo custo e que possam ser construídos com material local.

Os resíduos do vaso sanitário e da cozinha podem ser compostados no porão da casa e transformados em fontes de nutrientes. Quando a escala é maior, por exemplo, esgoto do vaso sanitário, após a extração do biogás e do tratamento do lodo do biodigestor, agregando outros resíduos domésticos ou de plantas, tais materiais podem servir para o paisagismo da comunidade. As águas chamadas negras do vaso sanitário, após passagem pelo

biodigestor, extraídas o gás metano e passando por um leito de filtragem (leito de evaporação, transpiração e infiltração), seguindo por um polimento em pequenas lagoas com plantas aquáticas, podem ser utilizadas na irrigação.

Portanto, pensar numa edificação autossustentada, oferecendo tecnologia para a própria comunidade, não significa somente consumo de recursos, mas geração, levando a um resultado positivo.

Pode-se pensar em termos de sistema de coletores fotovoltaicos, no qual há tanta energia coletada que pode atender não somente à própria casa, mas resulta em excedente a ser injetado na rede, podendo, quem sabe, ser vendido, como se tem visto em vários países com condições climáticas muito mais desfavoráveis que as nossas.

Poderíamos pensar na produção de hortas hidropônicas organizadas de modo a receber as águas coletadas pelos sistemas de contenção de águas de chuva, gerando fontes de alimentos limpas e perenes.

Enfim, a divulgação de tais tecnologias em ambientes favoráveis, pode ter a capacidade de mobilizar a comunidade num movimento de autogestão, recuperando as solidariedades grupais, dando sentido à vida do grupo, gerando ações propositivas e articulando autoestima com projetos políticos viáveis.

Assim, como se percebe, o projeto de pesquisa pressupõe duas fases bastante distintas: a primeira como grupo de estudos, cujo lócus será preferencialmente o ambiente acadêmico e as visitas a lugares em que tais tecnologias já estejam sendo utilizadas.

O segundo momento será em comunidades em que tais tecnologias possam servir adequadamente para produzir o diálogo entre sujeitos de ação. Nessa fase, já será como um grupo de trabalho e aplicação das técnicas apreendidas.

No entanto, devemos destacar que tais tecnologias são pretextos para o encontro entre sujeitos de distintas experiências

e é esse encontro, desprovido das hierarquias que normalmente o inviabiliza que é potencialmente transformador, seja para os próprios sujeitos envolvidos, sejam para aquilo que possa daí resultar, impossível de prever de antemão.

Esse caminho pode ser mais bem trabalhado para que precisemos toda sua importância.